

SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS: MECANISMOS PARA A BUSCA DE PROPÓSITOS¹ COMUNICATIVOS DOS GÊNEROS TEXTUAIS

Maria Ednilza Oliveira Moreira

Introdução

O trabalho que ora realizamos traduz uma inquietação nossa em torno do reconhecimento ou da definição de propósitos comunicativos, subjacentes às estruturas sequenciais discursivas que compõem os gêneros textuais. Por essa ótica, percebemos as sequências discursivas (narrativa, descritiva, dialogal etc.) como mecanismos definidores de propósitos específicos.

É natural que a identificação de propósitos comunicativos amplos se dê através do que sugere o próprio texto em situação de uso (carta: corresponder-se; aviso: informar; lista: auxiliar a memória; etc.). No entanto, para cada gênero pode haver uma gama de propósitos mais restritos. Nesse sentido, a carta, que a princípio é visada para corresponder-se, pode simultaneamente cumprir o desejo ou de expor, ou de questionar, ou de ordenar etc. E esses diferentes propósitos mais particulares, por vezes, se ocultam astutamente na própria organização da estrutura textual. Por conseguinte, exigirá do enunciatário maior esforço cognitivo para identificá-los. Especialmente no texto crônica, vamos encontrar, no âmbito de um propósito mais global, alguns propósitos

1 Artigo publicado, anteriormente, em CD, de forma mais reduzida, Sob o título GÊNERO TEXTUAL: MECANISMOS DE BUSCA DOS PROPÓSITOS COMUNICATIVOS.

específicos que se insinuam através das sequências discursivas. Afinal, como diz Bonini (2002), parafraseando Brewer (1980), essas sequências “formam um sustentáculo do conhecimento sobre gênero”. Daí por que quanto mais o leitor dispõe de domínio da dimensão esquemática global do texto, mais facilidade terá de reconhecer os propósitos comunicativos pertinentes a um gênero textual, como se pode observar em nossa análise mais adiante. Tal atividade tem como objetivo mostrar, através de uma pequena investigação piloto, a importância de se fazer uso de mecanismos textuais no estabelecimento de certos propósitos comunicativos.

Para levar a efeito nosso intento, averiguamos em três crônicas o procedimento sequencial discursivo adotado em cada uma, destacando, a partir de então, o que se pode pressupor em termos de propósitos. Para esse fim, tomamos basicamente como referencial teórico os trabalhos de Swales (1992/2001) e Bhatia (1997), aliando-os à teoria de Adam (1991) sobre as sequências prototípicas. Com esse suporte, procedemos antes a uma investigação empírica junto a três sujeitos considerados leitores proficientes, em decorrência da experiência destes como regentes de classe. Assim sendo, adotamos como procedimento metodológico básico a aplicação de um questionário envolvendo, sobre cada texto trabalhado, a categorização do gênero, a sequência discursiva que compõe o gênero e o propósito comunicativo requerido pela sequência discursiva, conforme se pode observar na análise dos dados.

1. Visão panorâmica em torno do conceito de gênero

Na abordagem sobre gênero, a terminologia é sempre uma questão básica que se levanta. Discute-se se a denominação: seria gênero? tipo? formato? E em se adotando gênero, indaga-se: gênero textual? gênero discursivo?

Se considerarmos a etimologia da palavra, gênero corresponde a *generum*, proveniente do latim. Significa conjunto de espécies com caracteres comuns; espécie, ordem, classe (CUNHA,

1987:383). Por outro lado, se os gêneros textuais representam exemplares empíricos de texto (carta, aviso, notícia etc.), como afirma Marcuschi (2000:21), é possível enquadrar o gênero no âmbito de uma estrutura que faz parte de uma classe que se define pelas especificidades de funcionamento. Assim, ao se reconhecer uma carta, uma instrução, uma lista, esse reconhecimento, antes de tudo, diz respeito a um instrumento de intercâmbio verbal, estabelecido socialmente, para satisfazer um intento comunicativo. Quer dizer, o que há de características comuns entre os textos, particularmente entre os textos citados, é que todos representam convenções para uma interatividade dentro de certa comunidade discursiva ou comunidade de fala. Isso é o que há de mais genérico em termos de identificação de um texto. Com certeza, por menos escolarizado que seja o falante, ao se deparar com um texto, em situação de uso, esse texto é reconhecido pela denominação que lhe é atribuída pelo senso comum.

Ninguém diz, a princípio, que está diante de uma narração, ao se deparar com uma fábula; que está diante de uma descrição, ao se deparar com um “anúncio descritivo de um carro”, por exemplo. Tomando-se, portanto, os nomes que se designam para os textos empíricos, note-se que gênero associa-se a uma generalidade, ao que há de mais comum (ou geral) entre determinadas espécies, ao que representa uma convenção social corriqueira em um domínio de uso.

O gênero, por assim dizer, poderá até fazer jus a tal denominação, por representar o primeiro nível de assimilação, entre as pessoas, do que designa em si cada texto. Mas, sem dúvida alguma, a introdução do conceito de gênero não é algo tão simples, porque para esse conceito concorrem várias generalizações que se adotam sobre texto. Alguns estudiosos nos fazem lembrar que gênero, ao longo da história, foi visto em diferentes perspectivas, transitando desde Aristóteles, passando por Bakhtin, até chegar aos nossos contemporâneos que se dedicam a essa área (cf. CUNHA, 1999:109; BRANDÃO, 2000:18). Na perspectiva literária,

em primeiro lugar, a clássica distinção entre poesia e prosa deve-se à diferença na forma da linguagem que cada uma apresenta. São categorias que se enquadram no âmbito de uma instância discursiva específica, mas que carregam finalidades distintas. Em um outro extremo, durante um longo tempo, na perspectiva escolar, foram observadas duas classes bem amplas de gêneros: literários e não literários, enfatizando-se, desse modo, dois grandes domínios de circulação textual. O primeiro no âmbito da ficção, o segundo no âmbito do real. Inúmeras categorias poderão ser mencionadas, mas interessa-nos, aqui, trazer à tona o caráter de complexidade que envolve a categorização de texto como gênero. No dizer de Bronckart (1999:73):

Essa dificuldade de classificação deve-se primeiramente à diversidade de critérios que podem ser legitimamente utilizados para definir um gênero: critérios referentes ao tipo de atividade humana implicada (gênero literário, científico, jornalístico, etc.); critérios centrados no efeito comunicativo visado (gênero épico, poético, lírico, mimético, etc.); critérios referentes ao tamanho e/ou natureza do suporte utilizado (romance, novela, artigo de jornal, reportagem, etc.); critérios referentes ao conteúdo temático abordado (ficção científica, romance policial, receita de cozinha, etc.). Além disso, muitos outros critérios são ainda possíveis.

Apesar de toda a polêmica que se constrói em torno do reconhecimento do que possa ser denominado de gênero textual ou discursivo, parece razoável admitir que a noção de gênero tem-se estabelecido em torno da representação que se faz do fenômeno social da interação verbal para efeito da funcionalidade comunicativa.

Como bem esclarece Marcuschi (2000:5): “quando dominamos um gênero textual não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”.

Por esse ângulo, enquadram-se os trabalhos de Swales (2001) e Bathia (2002), pois enfocam propósito comunicativo como critério relevante na definição e reconhecimento do gênero textual. E a propósito da adoção de terminologia, instigada na abertura deste item do artigo, compreendendo que todo texto é produzido com base em algum gênero, passamos a adotar a designação *gênero textual*.

2. Propósito comunicativo: particularidade privilegiada do gênero textual

A literatura que aborda a análise do gênero remonta-se ao início da década de 80. Desde então, há toda uma preocupação sobre a importância do propósito comunicativo como um critério para decidir se um discurso específico faz parte de uma categoria genérica particular (Swales, 1990). Em consequência, o conceito de propósito comunicativo vem tomando vultos bastante intrigantes, resultando em uma abordagem por demais complicada.

Swales (1990), um dos pioneiros em pesquisas sobre gênero, no começo de suas investigações, vê no propósito comunicativo um meio imediato para a classificação de gêneros. Para ele,

um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos e propósitos comunicativos partilhados. Tais propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva e constituem a lógica do gênero, a qual, por sua vez, molda a estrutura esquemática do discurso influenciando e restringindo a escolha do conteúdo e do estilo (op.cit.).

Como se percebe, o conceito de propósito comunicativo, concebido inicialmente por Swales, enquadra-se em um primeiro plano para a definição de gênero. No transcurso de sua pesquisa, entretanto, através da produção de um artigo em co- autoria (ASKEHAVE & SWALES, 2001), traz à tona uma reflexão sobre as limitações de

sua posição inicial. Nesse contexto ressaltam a postura de Bhatia (1993), o qual defende que:

os gêneros são caracterizados por um jogo de propósito (s) comunicativo (s) identificados e compreendido (s) pelos membros da comunidade profissional ou acadêmica na qual ocorrem regularmente. São estruturados e convencionados sob certas restrições: intenções, posicionamentos, forma e valor funcional.

Em face do referido ponto de vista, Swales e Askehave (op. cit.), passam a abordar o conceito de propósito comunicativo, vislumbrando camadas de propósito de forma complexa, percebidas através de análise do gênero. E asseguram que na determinação do gênero o propósito comunicativo mantém-se como um caráter importante e privilegiado, embora não seja prioritário.

Bhatia (1997), ao tratar de propósito comunicativo, procede a uma contextualização reportando-se à teoria dos gêneros. Para ele, tal teoria, mesmo seguindo orientações aparentemente diversas, apresenta uma considerável base comum. Há alguns traços do gênero que podem ser apontados como sendo os mais importantes. Um deles é a ênfase no conhecimento convencionado, que confere a cada gênero sua integridade. É o que se verifica na recorrência de situações retóricas pertinentes a cada modelo de gênero.

Um outro traço diz respeito à versatilidade da descrição genérica, a qual baseia-se em diferentes níveis. Nesse sentido, o próprio conceito de propósito comunicativo, como bem afirma o pesquisador indiano, é versátil: pode ser identificado em um nível alto de generalização, como também pode limitar-se a um nível de bastante especificidade. Seja: em um gênero, pode-se observar um único propósito comunicativo, bem como um conjunto amplamente detalhado de propósitos. E, ainda, mais um outro traço confere uma tendência de inovação advinda da natureza essencialmente dinâmica do gênero. Os gêneros, naturalmente, sofrem mudanças ao

longo dos tempos, em decorrência das transações sócio-cognitivas em termos discursivos. Essa realidade, no entanto, não transcorre à revelia. E Bathia (1997:106) faz questão de ressaltar:

As convenções de gênero são frequentemente exploradas pelos membros experientes das comunidades discursivas para criar novas formas; contudo, tal liberdade, inovação, criatividade e exploração, seja como for o que chamamos, invariavelmente se realiza antes dentro do que fora das fronteiras do gênero, seja como for que estas sejam estabelecidas, em termos de recorrência de situações retóricas (Miller, 1984), consistência de propósitos comunicativos (Swales, 1990 e Bhatia, 1993) ou combinação de elementos estruturais obrigatórios (Halliday e Hasan, 1985). A inovação nunca é uma atividade completamente livre. A natureza da manipulação do gênero é realizar-se invariavelmente dentro dos limites amplos dos gêneros específicos e ser, frequentemente, muito sutil. A negligência explícita a essas convenções genéricas implicará o abandono do gênero e será vista como estranha pela comunidade especializada.

Há gênero, por exemplo, que atravessando as fronteiras do tempo se mantém fiel ao propósito mais geral para o qual fora gerado. No entanto, em função do cumprimento de propósitos mais específicos, submete-se a alterações em sua estrutura discursiva. É o caso da crônica, na qual prevalecia inicialmente, como mecanismo central de sua organização, a sequência temporal. Hoje, porém, encontram-se crônicas com diferentes sequências discursivas dominantes.

Já não se entende, atualmente, a crônica como sendo um gênero textual marcado apenas pela sequência narrativa, que enfatiza o *fazer apreender o desenrolar de um fato*. É comum encontrar circulando, em nosso meio, crônica de sequência dialogal (*Lixo – Veríssimo*), onde se percebe a tendência de se explorar o *fazer interagir*; ou

descritiva (*A moça e a varanda* – Sérgio Porto), voltada para o *fazer ver*; ou *argumentativa* (*É proibido fumar* – Gustavo Álvaro), com a atenção recaindo sobre o *fazer crer*; ou *injuntiva* (*SOS Deus* – Airton Monte), que evidencia o *fazer agir* e, assim, por diante.

Em todas as modalidades de crônica cujas variedades se distinguem pela atitude de locução, de acordo com exemplos citados, continuam sendo focalizados fatos do cotidiano. Essa concepção sobre o referido gênero continua. Dilui-se apenas a noção de ocorrência de fatos cronológicos, afastando-se do sentido no âmbito da origem de caráter lexical. Sendo desse modo, mantém-se do gênero a mesma comunidade discursiva de início – as pessoas de modo geral – e o propósito mais amplo do gênero – focalizar um fato do dia a dia, seja mais ou seja menos pitoresco – também não se altera.

3. As convenções no gênero

Para Bhatia (ibidem) existem três aspectos convencionais inter-relacionados que merecem destaque na literatura genérica: recorrência de situações retóricas, propósitos comunicativos compartilhados e regularidades de organização estrutural. Esse pesquisador entende que, na teoria de gêneros, o conceito de situação retórica, ao que tudo indica, apresenta-se como o mais geral. É o que proporciona a definição da estrutura básica do gênero, através da qual são identificados os propósitos comunicativos. Por outro lado, em sua visão, a noção de propósito comunicativo parece ser mais central por dois motivos: faz parte de contextos retóricos específicos e determina escolhas específicas no âmbito das formas estruturais e léxico-gramaticais.

Naturalmente a abordagem de Bhatia nos leva a admitir que as escolhas que se fazem em torno da organização estrutural decorrem das intenções do enunciador, frente às impressões que pretende causar no enunciatário. Cumpre-nos observar, porém, que em alguns procedimentos genéricos, não basta voltar a atenção

para o que é mais abrangente no propósito comunicativo, para garantir uma fidelidade à estrutura do gênero. No caso da crônica, particularmente, dependendo do propósito específico que se impõe, a estrutura discursiva de crônica para crônica poderá sofrer transformações. Na medida em que se rompe com a tradição da definição de crônica apenas como gênero narrativo, alcançando outras formas de organização discursiva, em função de propósitos mais restritos a serem alcançados, a flexibilidade que se verifica na crônica sintoniza-se, bastante apropriadamente, com o que é apresentado como extensão da definição de gênero de Swales (1990), por Bhatia (1997):

É um evento comunicativo reconhecido, caracterizado por um jogo de propósito (s) comunicativo (s) identificado (s) e compreendido (s) pelos membros da comunidade profissional ou acadêmica, na qual ele ocorre regularmente. Frequentemente ele é estruturado e convencionalizado sob restrições, em termos de suas intenções, posicionamentos, forma e valor funcional. Essas restrições, entretanto, são geralmente exploradas pelos especialistas da comunidade discursiva para alcançar as intenções particulares dentro da estrutura dos propósitos reconhecidos socialmente.

Nessa direção, é preciso que o sujeito enunciatário esteja atento, para não se deixar envolver só pela captação de propósitos comunicativos mais globais dos textos. Tal procedimento gera uma atitude de uso da língua bastante superficial. E essa superficialidade decorre, em boa parte, da prática de leitura dos textos apenas no âmbito do senso comum. Sabe-se, como é o caso, que a crônica é um gênero textual breve de caráter subjetivo e que explora fatos do cotidiano com ironia. Como crônica origina-se do grego *Chonikós* – que é relativo ao tempo –, pelo latim *Chronica*, o vocábulo crônica designava, no início da era cristã, uma listagem ou relação de acontecimentos seguindo uma ordem cronológica. Daí por que passou a ser vista como um texto narrativo. E, com o

tempo, dada a sua adoção pelo jornal, marcando presença diária, torna-se conhecida como narrativa que ressalta fato do cotidiano (cf. Moisés, 1967). Apesar de, hoje, a crônica continuar enfocando acontecimento do dia a dia, tem adquirido diferentes estruturas, tais como descritiva, argumentativa, dialogal etc, como fora citado anteriormente. No entanto, a concepção de que os fatos abordados pela crônica são apenas narrados tem empanado a visão de alguns leitores, que são incapazes de verificar que não só a sequência narrativa está a serviço de uma determinada mensagem cronista.

As ocorrências nos mostram que para o reconhecimento do propósito comunicativo de um gênero não basta a familiaridade com o que constitui sua característica mais geral. No caso da crônica, mais do que reconhecer apenas uma abordagem que reflete uma prática de todos os dias, é preciso atentar para sua organização estrutural, seja, organização retórica, para daí extrair outras pretensões do autor, através da leitura. A crônica organiza-se basicamente a partir da introdução de fato que suscita expectativas que vão sendo levantadas através de inferências, ao longo do texto, e conclui-se com a quebra de expectativa (s).

No item 6, apresentaremos uma análise concisa sobre inferências autorizadas, feitas no tocante a propósitos comunicativos, em crônicas compostas de diferentes sequências discursivas.

4. Breve enfoque sobre as sequências discursivas que compõem os diferentes gêneros textuais

As sequências discursivas que constituem um texto têm sido amplamente estudadas, tendo obtido geralmente a denominação de tipo de texto. Conforme Bonini (2002, p. 18), é “a partir da posição teórica de Adam, contudo, que [a noção de sequência] ganha credibilidade e passa a integrar os debates acadêmicos como um conceito mais ou menos estabilizado”.

A estrutura de cada sequência distingue-se pela composição de um conjunto de recursos cognitivos responsáveis, em parte, pela produção do texto. Para Adam (1999), os índices materiais presentes em uma produção textual funcionam, essencialmente, como instruções destinadas a orientar o leitor em suas interpretações.

Dada à limitação de nossa abordagem, neste artigo, trataremos, apenas e ligeiramente, sobre as sequências narrativa, descritiva e dialogal (cf. ADAM, 1992), já que estas podem ser verificadas nos textos aqui discutidos no item “Análise dos dados investigados”.

A sequência narrativa apresenta as seguintes macroproposições: 1. situação inicial – parte da narrativa que situa o leitor no que se refere a pessoa, lugar, tempo situação comportamental. É facultativa a sua ocorrência; 2. complicação – corpo da narrativa propriamente dito, onde se dá a trama. Trata-se da parte indispensável da narrativa; 3. resolução – segmento em que ocorre o desenlace dos acontecimentos; 4. (re)ações ou avaliação – cada momento em que o narrador procura motivar o destinatário (ouvinte ou leitor) a valorizar o que está contando; 5. situação final – parte que marca o final da narrativa; 6. moral – constitui uma reflexão complementar ao todo do fato narrado. Pode vir explícita (no final do texto) ou implícita.

A sequência descritiva comporta três blocos de macroproposições que representam processos básicos: 1. ancoragem – trata-se da parte do texto onde o tema normalmente é evidenciado, manifestando-se através de um título ou de uma forma nominal no próprio texto; 2. aspectualização – compreende os aspectos físicos que caracterizam o objeto descrito. Dois subprocessos aí são englobados: a) propriedades (qualidades) e b) partes (sinédoques); 3. relacionamento – diz respeito à referência indireta ao objeto. Distribui-se também em dois subprocessos: a) situação (local, tempo) e b) assimilação (comparação, metáfora). Na prática, pode-se verificar que os processos não aparecem necessariamente dispostos na ordem em que ocorrem.

A distribuição dos dados vão depender do ponto de vista seguido pelo descritor, no sentido de chamar a tenção do leitor para a imagem que deseja fazer ver. A sequência dialogal realiza-se nos segmentos de discurso interativo dialogado, por isso seus segmentos correspondem a turnos de fala.

Para Adam (1992), há dois tipos de segmentos no diálogo: 1. fáticos – têm por finalidade abrir ou encerrar uma conversação: “Bom dia!” – exemplo do segmento de abertura – e “Até logo!” – exemplo do segmento de encerramento. Como se percebe, esses segmentos cumprem rituais; 2. transacionais – constituem o corpo da interação. Na transação, realizam-se diferentes atos de fala, que, na grande maioria dos casos, constituem-se pares adjacentes: pedido/concordância; pergunta/resposta; convite/aceitação etc. (cf. FÁVERO, ANDRADE e AQUINO, 2000: 49).

As sequências discursivas são unidades, relativamente autônomas, representadas por macroproposições, resultando na estruturação do texto como um produto constituído de diferentes sequências, devidamente integradas. Adam (1992) fala de sequência dominante ao referir-se àquela que representa a base do texto.

5. Análise de dados

A crônica contemporânea ergue-se com diferentes esquemas estruturais em diferentes exemplares, variando mesmo dentro das produções de um mesmo autor. Fernando Sabino, por exemplo, neste trabalho, nos presenteia com uma crônica narrativa, mas também registra em seu elenco – que aqui não expomos por uma questão de economia de espaço – crônicas dialogais e outras.

Isso sugere que há propósitos específicos passíveis de identificação na crônica, com base nas sequências prototípicas. Mas, nem por isso, entraremos no mérito da discussão que distingue “gênero” e “constelação de gênero”, conforme aborda Bhatia (1997). Todavia, convém considerar o que diz o pesquisador (op.

cit., p.105) no sentido de que, “se o interesse é enfocar as sutilezas do gênero, é preciso definir os propósitos comunicativos em um nível propriamente mais baixo de especificidade”.

Partindo dessa ótica, apresentaremos, a seguir, três crônicas que servirão de suporte para nossa análise: “Preto e Branco” (Fernando Sabino), “A moça e a varanda” (Sérgio Porto) e “Lixo” (Fernando Veríssimo), as quais designaremos respectivamente, ao longo da análise, de texto 1, texto 2 e texto 3 (cf. anexo).

Para dar mais consistência ao nosso trabalho, além de considerarmos toda uma teoria, procedemos inicialmente à aplicação de um questionário com três sujeitos que detêm experiência de uso da crônica em sala de aula.

A reflexão em torno de cada texto deve ser conduzida a partir de fundamentos referentes ao estudo das sequências discursivas, articulados com a fundamentação sobre propósitos comunicativos.

Analisando o bloco de textos, a partir das respostas do questionário, foi detectada, em todos eles, por cada sujeito, a intenção de ser enfocado um fato do cotidiano.

Partindo para uma análise mais restrita, no texto 1 os sujeitos perceberam que, basicamente, o propósito do autor é enfocar o “preconceito racial”, já sugerido no próprio título: Preto e branco. Antes de tudo, ao serem indagados sobre qual a estrutura dessa crônica, reconheceram, unanimemente, como narrativa. Para justificarem a pretensão mais específica do autor, obtivemos, do conjunto dos sujeitos, as seguintes respostas: “o cronista usou uma narrativa porque intencionava contar história aproximando-se do procedimento das pessoas, quando querem trazer à tona fatos corriqueiros”; “dar a noção do tempo em que os fatos foram transcorrendo”; “sugerir a ordem cronológica em que foram se dando os acontecimentos”; “apresentar os passos que foram sendo seguidos na trama”; “expor um problema que se acentua ao longo do tempo”.

1) O questionário constou das seguintes perguntas: 1) Qual o gênero de cada texto?; 2) Em cada um dos textos, quais os dois mais amplos propósitos?; 3) Qual a sequência discursiva dominante de cada texto?; 4) Que propósito cada texto cumpre, considerando-se a sequência discursiva dominante?

Nota-se que a primeira resposta sobre o propósito específico demonstra que o sujeito está preso à noção genérica de crônica: abordagem de um evento do cotidiano. Fazendo referência ao fato de “contar história”, mesmo assim, ressalta um conhecimento que é peculiar ao gênero em si. O sujeito abstrai-se do que representa a sequência discursiva da história. Por outro lado, nas três respostas seguintes, constata-se uma leitura mais apurada, no âmbito do sentido produzido pela sequência de texto narrativo. Em tais casos, os sujeitos reconhecem os propósitos com base no que detêm da estrutura discursiva. Cada uma das últimas três respostas relacionou-se à noção de tempo, que é marcante na narrativa, dando a entender a existência de um propósito comunicativo que não é dos mais evidentes. Esse reconhecimento faz jus ao que afirma Bonini (2002, p. 180): “a narrativa, vista em seu esquema fundamental (situação, complicação e resolução), por exemplo, espelha a ordem dos fatos no mundo assegurada pela existência do tempo convencional como uma das bases da realidade”.

A ideia de tempo na estrutura narrativa articula-se com o aspecto essencial dessa sequência, que é o “conflito”, o qual, para Adam (1997, p. 81), é a razão de ser de uma narrativa. Para este pesquisador, só há narrativa, se houver conflito. Porém é indispensável entender que na narrativa o conflito se estabelece ao longo do tempo, através de relações de causa e efeito. É todo esse procedimento que vai contribuir para se fazer a distinção entre outras sequências, que também poderão insinuar algum conflito, mas que não se caracterizam como narrativa. Por esse prisma, a última resposta dos sujeitos sobre a crônica “Preto e branco” (propósito: expor um problema que se acentua ao longo do tempo) representa uma leitura com um grau de maturidade bastante acentuado, no

tocante ao reconhecimento da estrutura sequencial de base discursiva do texto. Percebe-se na fala do sujeito (“expor um problema que se acentua ao longo do tempo”) que ele, além de atentar para o tempo, verifica, antes de tudo, o conflito (problema) que aí se insere e que é marcante na referida sequência textual.

No texto 2, depois de reconhecerem como crônica, os sujeitos verificaram que a pretensão do autor é evidenciar os danos psicológicos ocasionados pela demolição de construções que constituem patrimônio histórico (se não do Estado, da família), e observaram que a sequência discursiva dominante do texto é a descritiva. Associando essa opção do cronista ao propósito comunicativo, asseguraram que o intuito foi “explorar algo que nos remete à memória”; “deixar na memória do leitor um acontecimento inesquecível da vida do cronista”; “fazer o leitor visualizar um momento muito importante e saudosista (da juventude) do escritor”.

Observa-se que da mesma maneira que foi reconhecido, no texto 1, um propósito comunicativo geral, também foi possível verificar alguns propósitos específicos, e bastante convergentes, no texto 2. Numa retomada global, estes manifestam uma ótica do descritor face à sua predisposição afetiva, em torno de uma realidade descrita que deve perdurar. Para tanto, o cronista recorre a alguns artificios peculiares à sequência descritiva. Um desses artificios é a operação de ancoragem, através da qual o autor demonstra o foco de sua atenção. Nesse texto 2, por exemplo, o destaque recai sobre a “varanda” de uma casa, embora a esta esteja relacionada um personagem que muito concorre para a memória de tal espaço – a moça. O que é significativo, no caso, é que mesmo enfocando um drama que envolve um certo objeto, a intenção do descritor não é apresentá-lo numa ordem temporal, mas sim espacial. E o faz através da operação de aspectualização (descrição das partes e propriedades que compõem e circundam o objeto descrito), que, como a operação de ancoragem, também constitui parte da sequência discursiva do texto descritivo, conforme Adam (1987/1992). Para tanto, enfoca cada ângulo que envolve o objeto descrito, a fim

de poder projetar na memória do leitor imagens dos pormenores significativos.

Notadamente, a noção de espaço exerce crucial importância na definição da sequência descritiva, já que o uso dessa sequência está atrelado à perspectiva do escritor de criar imagem sobre o objeto. Nesse sentido, observa-se, nas respostas dos três sujeitos de nossa investigação, bastante sintonia entre si, pois, de uma forma ou de outra, esses atentam para o fenômeno da imaginação que é peculiar ao texto descritivo. Assim, enquanto nos dois primeiros propósitos específicos, do texto 2, se fazem referência à memória (“explorar algo que nos remeta à memória” e “deixar na memória do leitor um acontecimento inesquecível da vida do cronista”), no terceiro fala-se de visualizar, e desse modo constata-se que, do ponto de vista semântico, todos dão o mesmo enfoque. Em nossa cultura, quando se pretende imaginar alguma coisa, naturalmente articula-se essa ideia a algo que deve ficar na memória, bem como ao ato de fazer imagem de alguma coisa visualizável. Como a intenção de quem descreve é provocar a construção de imagem, mais uma vez os sujeitos investigados atinaram para a definição de propósitos comunicativos em função da sequência discursiva.

Colocando-nos na visão do descritor, é preciso compreender que seu intento não é mostrar sequência de fatos passageiros e sucessivos, mas apresentar uma ordem de fatos permanentes e simultâneos (cf. ADAM, 1997, p. 43). Esse é um conhecimento que facilitará para o leitor, em muito, a identificação do texto descritivo.

No texto 3, os sujeitos admitiram que o cronista intenciona mostrar a “revelação sobre a personalidade ou a índole das pessoas através do lixo que elas produzem”, ou mesmo “a interação indireta que se trava entre as pessoas através do lixo que lhes diz respeito”. Apesar da suposição de um dos sujeitos de que o texto poderia ser uma narrativa, a maioria o reconheceu como uma sequência dialogal.

Definindo propósitos comunicativos específicos dessa sequência, os sujeitos afirmaram que “o cronista propõe-se a dar importância ao processo comunicativo que se estabelece através da fala das pessoas”; “quer atrair a atenção do leitor para o diálogo em si”; “provocar uma reflexão sobre as possibilidades de interação entre as pessoas, criando uma situação favorável para uma conversa face-a-face, pela associação do conteúdo à sequência discursiva”.

Analisando as respostas do texto 3, o curioso é que os sujeitos reconhecem na sequência discursiva dialogal o prisma da interação verbal como uma conduta social de aproximação entre os indivíduos de uma sociedade. Sugeriram que a intenção do cronista é, de certa forma, chamar atenção para o diálogo que, por vezes se dá de forma indireta, mas que a partir de então pode ocorrer efetivamente.

Sem dúvida alguma, fica difícil refutar a percepção dos sujeitos, frente ao suposto propósito específico do escritor do texto 3. Afinal, respaldando-nos em Fávero, Andrade e Aquino (1999:16), para quem: “é possível detectar-se um caráter interativo em toda a atividade conversacional, visto que ocorre um envolvimento entre os participantes numa dada situação”. Admite-se, mesmo, que é daí que se justifica a escolha do escritor da crônica “Lixo” pela sequência dialogal. Ao que tudo indica, sua pretensão é levantar questão sobre a dificuldade de relacionamento entre as pessoas no dia a dia, e lançar meio de aproximá-las. Para isso, faz uso de um referente bastante apropriado, “o lixo”, que por si já denota as relações que as pessoas têm possibilidade de travar por seu intermédio, de forma indireta. O lixo pode revelar os traços de quem o produz, sejam traços de personalidade, de origem social, de grau de intelectualidade etc. E esse é um meio de se ter acesso às pessoas. Mas o escritor do texto 3, não satisfeito com a iniciativa de focar apenas a problemática, o fez criativamente através da sequência dialogal, para mostrar com mais intensidade o aspecto da interação pela linguagem em jogo no texto.

Nossa investigação revela que a atenção que se volta para um gênero textual é bastante influenciada pela sequência discursiva que o compõe. Esse mecanismo estrutural, naturalmente, conduz o leitor a uma atitude de interlocução, fazendo jus ao cumprimento de um propósito comunicativo direcionado para um “fazer” munido pela força ilocucionária. Exemplificando: diante de uma narrativa, não é difícil se *fazer indagações* sobre o desdobramento do ocorrido; assim como em decorrência de uma descrição, fica-se impressionado com a *imagem que se faz* do que fora descrito. Isso foi manifestado nas respostas dos sujeitos investigados ao atinarem para a indicação dos propósitos – fazer perceber o desenrolar dos fatos; fazer ver (imaginar) e fazer agir – que constituem um certo pano de fundo das três crônicas exploradas.

Considerações finais

Os propósitos comunicativos permitidos por um texto nem sempre são de fácil identificação. Por vezes, não se sabe verdadeiramente se seu produtor tem consciência da existência de alguns deles. No entanto, é fato indiscutível que o procedimento discursivo utilizado favorece o cumprimento de determinadas intenções do escritor. Quantas vezes nos surpreendemos conosco diante de algo que produzimos para cumprir uma certa pretensão e descobrimos que extrapolamos?

Pela experiência do ato de ler, verificamos a todo momento que são várias as possibilidades de leitura que se impõem a partir de um texto. Isso nos permite, também, considerar que diversos propósitos comunicativos podem ser definidos para uma produção textual. E sintonizamos nosso ponto de vista com o que é afirmado no texto de Hemais e Biasi-Rodrigues (2003:9) parafraseando Askehave e Swales (2001): “descobre-se o propósito através da análise do gênero”.

Resta-nos, no entanto, estar convencidos de que há necessidade de domínio de certos mecanismos, para a determinação dos possíveis propósitos a serem contemplados por um texto. Nesse sentido, Bhatia (2002:106) se posiciona:

Como as demandas por práticas comunicativas se tornam cada vez mais complexas, os profissionais experientes começam a responder às novas situações retóricas utilizando estratégias estabelecidas e, mais frequentemente, muitas estratégias inovadoras para atingir uma variedade de objetivos complexos.

O que diz o referido pesquisador nos remete para a artimanha dos cronistas, quando buscam, na abordagem de seus textos, a manutenção do propósito mais amplo que é o de focar um fato do cotidiano e, ao mesmo tempo, vão rompendo naturalmente com a origem do significado da crônica associado a texto narrativo. Assim, introduzem de crônica para crônica uma sequência discursiva diferente, permitindo o cumprimento de propósitos mais específicos, como se pode observar na análise que realizamos nas três crônicas.

O estudo que empreendemos nos possibilitou constatar que o conhecimento sobre a sequência discursiva dominante de um texto constitui cognitivamente um recurso, por excelência, para se definir propósitos comunicativos. Nesse sentido, há uma conexão nossa com Bhatia (op. cit.), quando este afirma que “ao se utilizar a língua para cumprir propósitos comunicativos, leva-se em conta não só o efeito que se quer causar no interlocutor, mas para isso faz-se uso de estratégias cognitivas”.

Portanto, lidar com a organização retórica do gênero textual, pautando-se nos mecanismos correspondentes à estrutura de cada sequência discursiva, proposta por Adam (1992), significa, não simplesmente apreender roteiros didáticos cristalizados, mas vivenciar cognitivamente estratégias que contribuem para a construção de sentido do texto, na leitura ou na produção escrita. E é

por demais curioso saber que esses mecanismos repercutem na própria definição ou reconhecimento de propósito comunicativo estabelecido para um gênero textual.

Referências

- ADAM, J-M. *Les textes: types et prototype*. Paris: Nathan, 1992.
- ÁLVARO, Gustavo. *É proibido fumar*. Disponível em <<http://suberry.blogspot.com.br/2011/09/e-proibido-fumar.html>> Acesso em 27.09.2017.
- BHATIA, V. K. Análise de gêneros hoje. *Revista de Letras*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 23 – vol.1/2 – jan/dez. 2001 [Tradução: Benedito Gomes Bezerra 2001].
- BONINI, Adair. *Gêneros textuais e cognição*. Florianópolis: insular, 2002.
- BRANDÃO, Helena N. *Gêneros do discurso na escola*. São Paulo: Cortez, 2000.
- BRONCKART, Jean – Paul. *Atividade de linguagem, texto e discurso*. São Paulo: EDUC, 1999.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- CUNHA, Dóris de A. C. A noção de gênero: algumas evidências de dificuldades. *Revista do GELNE*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2 – vol. 2, 2000.
- HEMAIS, Barbosa & BIASI-RODRIGUES, Bernadete. *A proposta sócia-retórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais*. PUC-Rio/UFC, 2003 (mimeo).
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: o que são e como se constituem*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000 (mimeo).
- _____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, A.R. & BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensin*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- MASSAUD Moisés. *A criação literária – prosa II*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- PORTO, Sérgio. *A moça e a varanda*. Disponível em: <<http://www.janainaramos.com/2015/09/a-moca-e-varanda.html>>. Acesso em: 27.09.2017.
- MONTE, Airton. SOS Deus. In: *Moça com flor na boca*. Fortaleza: Editora UFC, 2005
- SABINO, Fernando. *Preto e branco*. Disponível em: <<http://analisedetextos.blogspot.com.br/2009/09/preto-e-branco-de-fernando-sabino.html>>. Acesso em: 27.09.017.
- SWALES, John M. *Genry analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: University Press, 1990.

- *Repensando gêneros: ma nova abordagem ao conceitod e comunidade discursiva. Apresentado no Re-thinking genre Colloquium. Ottawa: Universiity Carleton, 1992 [Tradução: Benedito Gomes Bezerra, 2001].*
- SWALLES, John M. & ASKEHAVE, Inger. *Identificação do gênero e propósito comunicativo: um problema e uma possível solução. ADPLIEDE LINGUISTICA. Oxford: Oxford Universaty Press, 22/2, p. 195 –212, 2001 [Tradução Maria Erotildes Moreira e Silva, 2003].*
- VERÍSSIMO, Fernando. *Lixo*. Disponível em <<http://7leitores.blogspot.com.br/2008/07/o-lixo-luis-fernando-verssimo.html>>. Acesso em 27.09.2017.